

MALÉ CHILLIDA Y APARICIO

Directores

JOANA AMARAL DIAS

MONSERRAT BOIX

“**V**ivemos num momento de mudança planetária. Mudança em valores, mudança em leis, avanços em direitos que perfilam novos desafios. Aponta Amélia Valcárcel que o feminismo é provavelmente um dos maiores motores de mudança e a única estratégia investigadora e discursiva capaz de dar razão de como e porque é que se produzem estas mudanças”.

É com este preâmbulo que se abrem as portas da cidade de Cáceres para receber *Ágora Feminista*. Um espaço de debate onde mulheres feministas da Península Ibérica se reúnem durante dois dias para trocar informações sobre as condições de vida das mulheres dos dois países, numa tentativa necessária e sincera de forjar alianças e construir redes de colaboração através da concertação de uma Agenda Política que trace as linhas orientadoras de um trabalho conjunto que impulsionem a consecução da igualdade de género e o conseqüente fortalecimento da democracia em ambos os países.

Um total de 23 intervenientes femininas e um interveniente masculino de reconhecido prestígio no tema de fundo de que se ocupa o debate desenvolveu os eixos de discussão que davam corpo a este encontro. Desde a contextualização da história do feminismo em ambos os países, passando pela análise das posições ocupadas pelas mulheres na actualidade no marco

político da União Europeia e em diferentes âmbitos de participação, tais como a representação política, os meios de comunicação, a educação, o acesso e presença no âmbito da sociedade da informação e os riscos de exclusão social, o debate contrastou semelhanças e atenuou as diferenças, sempre com o objectivo de encontrar pontos de interesse e acção comuns.

Dá-se início ao encontro no *Palacio Provincial de la Diputación* da cidade de Cáceres pela mão de Rosa Peris, Directora do *Instituto de la Mujer del Estado Español* e de Pilar Lucio, Vereadora para a Igualdade e o Emprego da Junta da Extremadura. Ambas se congratulam pela oportunidade de poder colaborar na celebração de um encontro entre as mulheres feministas convidadas de ambos os países e agradecem a *Ágora, el debate peninsular* a organização do encontro, o que, sem dúvida, revela bem a sensibilidade, a vontade e o compromisso da Extremadura com a igualdade de género e o seu interesse em facilitar a aproximação de ambos os países na procura de soluções que acabem definitivamente com as desigualdades que discriminam as mulheres.

O objectivo que norteia este debate gira em torno das dificuldades das mulheres em viver em igualdade e coloca a necessidade de encontrar fórmulas comuns que permitam ultrapassar os obstáculos, com a finalidade de conseguir consolidar uma posição de igualdade real entre as mulheres e os homens nos dois países.

## CHEGAR E FICAR. A AGENDA FEMINISTA

Começa a jornada de trabalho a cargo das directoras da conferência, Joana Amaral Dias, psicóloga clínica e membro da Mesa Nacional do Bloco de Esquerda, e Montserrat Boix, jornalista, administradora da página Web feminista *Mujeres en red*, ambas as profissionais reconhecidas nos seus respectivos países e comprometidas com o feminismo e os seus desafios. As directoras da conferência recordam-nos, nas suas palavras de boas-vindas e apresentação, que a discriminação sofrida pelas mulheres em todo o

mundo é uma chaga universal que é preciso erradicar urgentemente, a fim de se poder avançar com segurança na construção e sustentabilidade de um modelo social igualitário que reconheça os direitos das mulheres, com base no princípio de igualdade reconhecido em todos os textos internacionais como um direito das pessoas e um requisito democrático inalienável. Nesse caminho, a voz e as contribuições das mulheres são imprescindíveis.

As duas directoras estão de acordo quanto à imperiosa necessidade de construir redes de colaboração e pontes de confiança entre as mulheres de todo o mundo e quanto ao facto de a proximidade e a História partilhada de Espanha e Portugal constituírem uma vantagem e uma oportunidade para concertar uma agenda comum que defina os objectivos e acções a realizar com vista a alcançar o fim último: a igualdade real entre as mulheres e os homens.

## O FEMINISMO EM ESPANHA E PORTUGAL

A sessão inicia com a intervenção de Amelia Valcárcel, professora universitária de Filosofia Moral e Política na Universidade Nacional de Educação à Distância de Espanha. Inicia a sua intervenção louvando a oportunidade – uma aposta ousada, sublinha – de celebrar um encontro com estas características num contexto como o de *Ágora, el debate peninsular*. “A ágora, centro da polis, centro económico, comercial, religioso e político. Lugar de reunião da cidadania para discutir os problemas da comunidade e decidir colectivamente sobre as leis “. Neste sentido, uma ágora feminista de que a História carece e de que devem sair as soluções definitivas que acabem com a discriminação sofrida pelas mulheres e que priva o mundo de metade do seu potencial.

Porém, esta oportunidade, recorda-nos, já foi conquistada por outras mulheres, entre as quais merecem destaque, no caso de Espanha, Emilia Pardo Bazán, sufragista, e Clara Campoamor, que chega a deputada e nessa qualidade exige o direito ao voto das mulheres espanholas. Traça,

em seguida, um breve mas interessante panorama das alterações promovidas pelas mulheres durante os anos 60 e 70, em que principalmente o acesso à educação proporcionou a participação das mulheres na política activa lutando contra a ditadura franquista no âmbito dos partidos políticos, cuja rigidez e falta de compromisso com a realidade e os direitos das mulheres impeliram a rebelião das mesmas, formando-se assim as primeiras assembleias de mulheres que constituíram o movimento feminista em Espanha. Um movimento que cresceu e se fortaleceu durante uma década e cuja marca de identidade foi o debate interno permanente e a assinatura de pactos e acordos entre posturas divergentes, que, coincidindo na análise, diferiam nas fórmulas para alcançar os objectivos.

É a partir dos anos 90 que este debate interno do movimento feminista termina e coincide no objectivo: as mulheres querem a igualdade real e efectiva e devem trabalhar conjuntamente para a conseguir.

Foi grande o progresso em Espanha neste sentido nos últimos anos e, actualmente, a agenda da igualdade contempla a questão da paridade. Em Espanha, temos uma paridade real na representação do poder público de alto nível, mas há áreas de influência muito importantes que continuam deficitárias no que se refere à presença de mulheres, tais como a área financeiro-económica, os meios de comunicação, a área do conhecimento, a da religião e a da criação, esta última especialmente resistente, uma vez que as suas próprias características parecem torná-la imune aos acordos normativos alcançados em nome da liberdade de expressão e onde o acesso e a consolidação da mesma obedecem a critérios de uma suposta excelência, definida e controlada pelos homens, e negada por princípio às mulheres.

Finaliza a sua intervenção recordando-nos que a igualdade é uma questão de poder e não de méritos e que para “chegar e ficar” é preciso ter isto em conta.

A oradora seguinte, Manuela Tavares, Doutora em Estudos sobre mulheres pela Universidade Aberta de Lisboa, começa a sua intervenção aludindo, como a sua companheira de mesa, à oportunidade de recuperar

um espaço negado às mulheres que é a ágora, esse ponto de encontro do conhecimento da Grécia antiga de que as mulheres estavam excluídas e a que actualmente acorremos dispostas a ficarmos lá.

Manuela Tavares traça um panorama das circunstâncias históricas do seu país, que de certa forma, condicionaram diferenças na evolução do pensamento e movimento feminista português. A luta contra a ditadura em Portugal esteve centrada durante anos na reivindicação de melhorias salariais, luta essa em a que as mulheres portuguesas participaram activamente, prorrogando as suas reivindicações feministas. A palavra feminismo não chegou a formar parte do vocabulário político e mesmo quando isso acontecia era mal usada, apesar de as mulheres feministas portuguesas se terem batido durante 30 anos pela legalização do aborto. Na opinião da oradora, os 48 anos de ditadura fascista mergulharam as mulheres num estado de submissão e aceitação das ideologias dominantes que davam prioridade a questões sociais gerais, o que provocou um efeito de perda de memória histórica da luta feminista de primeira geração. As mulheres que lutaram na República pelos direitos das mulheres não chegaram ao 25 de Abril.

Ao invés do que sucedeu em Espanha, em Portugal não existiu uma geração de mulheres feministas saídas da universidade. A luta do movimento estudantil centrou-se no combate ao regime e na guerra colonial. Não existiu nunca uma massa crítica suficiente. A revolução de Abril gerou muita participação das mulheres em movimentos sociais, mas as reivindicações mais pacíficas ficaram fora da agenda política.

Outra das causas que explicariam essa ausência do feminismo histórico devia-se a uma visão dogmática da esquerda política sobre o feminismo, que não conseguiu captar a dimensão plural do mesmo e não permitiu interligar as questões democráticas com as questões de classe e as questões de género. Antes e depois do 25 de Abril de 1974.

Apesar de Espanha e Portugal partilharem uma história comum de opressão prolongada por uma ditadura, a diferente forma de conquistar a democracia implicou processos de luta e de resistência distintos, onde o papel

activo das mulheres foi também diferente. Nos anos 60, em Espanha, assistiu-se a uma abertura do regime franquista que permitiu a configuração do movimento de mulheres que facilitou a ponte com os ideais liberais de 1930.

Esta ponte-memória não se verificou em Portugal por causa da perda daquela memória histórica. Muito embora, como em todas as lutas, se tenham destacado nomes de mulheres e de algumas associações. Desde 1947, durante a ditadura de Salazar, a participação das mulheres concentrava-se na luta anti-fascista, presas, grupos anti-guerra colonial, etc., as reivindicações referiam-se a questões mais gerais em prol da democracia e contra a ditadura. Em 1973, a campanha de solidariedade feminista internacional teve pouco eco social no país, eram tempos de censura que amordaçava as mais elementares liberdades. Não existiu nenhuma grande reflexão feminista na década de 70-80. Os movimentos que as mulheres feministas espanholas protagonizaram nesta década – as Primeiras Jornadas de libertação das mulheres, em Madrid no ano de 1975 – configuraram um movimento feminista plural que não tem equivalente em Portugal. Isto fez com que em Portugal não nos tenha ficado uma reflexão teórica própria nem referências bibliográficas.

No entanto, as feministas portuguesas, como se disse anteriormente, lutaram durante 33 anos pela legalização do aborto, e na sua luta fizeram alianças com diversos sectores sociais que ocuparam toda a sua actividade. Finalmente, o conservadorismo moral da sociedade portuguesa atrasa a inclusão dos assuntos de género na agenda política.

Na última década foi possível sistematizar o pensamento sobre o feminismo, entender a diversidade de correntes e dar maior visibilidade aos movimentos que tiveram sempre muitas dificuldades em aparecer nos meios de comunicação social.

O *mainstreaming* de género adopta-se institucionalmente, mas com efeitos pouco visíveis na transformação das condições de vida das mulheres. Na opinião de Sonia Alvarez, “a partir de Pequim, criou-se um contexto mais favorável nas instituições governamentais em relação ao discurso e reivindicações feministas, que viria a originar uma maior ins-

titucionalização ou profissionalização das ONGs dos direitos das mulheres”. Esta institucionalização foi interpretada por algumas historiadoras feministas como uma manifestação de força dos movimentos feministas que na prática resulta na apropriação por parte do Estado e das instituições do discurso feminista. A visibilidade do activismo feminista revela-se imprescindível hoje em dia. Não porque exista contradição entre as feministas e as suas reivindicações e os próprios governos que devem aceitar esta realidade, mas porque a acção feminista tem que continuar e construir o seu próprio caminho, o seu próprio movimento.

Há que falar de uma agenda feminista plural emergente que cruze as velhas causas com as novas e que envolva mulheres e homens feministas na luta contra o sexismo e as discriminações que ainda pesam sobre as mulheres. Os grandes problemas vividos pelas mulheres não são os de Espanha, nem os de Portugal, são os do mundo. É necessária uma agenda feminista mais exigente que se lembre de que as mulheres são diferentes e de que estas diferenças devem ser tidas em conta numa agenda feminista plural. Para isso, é imprescindível desconstruir a ideia de um feminismo estereotipado, à margem da sociedade, guetizado, etc. e colocá-lo no centro da vida social.

Os problemas das mulheres portuguesas, tal como os das espanholas, têm a mesma base discriminatória, a de uma sociedade em que a dominação masculina continua a ter muito peso. Continuamos subalternizadas.

Terminou afirmando que no feminismo cabemos todas, tendo sempre em consideração as inúmeras situações de humilhação em que vivem as mulheres no mundo: mutilações genitais, mortes por apedrejamento, guetização, emigrantes, tráfico de mulheres, desemprego de longa duração, desigualdade salarial, discriminação por diferente orientação sexual, jornadas de trabalho duplas e triplas que continuam a pesar sobre as mulheres, precariedade laboral, violações, obstáculos à participação, etc.. Todas estas situações poderiam ser classificadas como os grandes buracos negros da discriminação das mulheres no mundo, os quais exigem uma intervenção solidária do nosso empenho e, concretamente, a continuidade

da colaboração entre os nossos países, tão semelhantes em tantas coisas, a que é necessário dar seguimento. E julgo que este encontro é um caminho seguro para podermos aproximar-nos nos nossos caminhos comuns.

No debate que se seguiu, Amelia Valcárcel sublinhou que o feminismo não é exclusivamente um movimento de mulheres.

“O feminismo pretende ter voz e palavra viva em assuntos que não têm que ver exclusivamente com as mulheres e precisa de ser articulado em elites. Por isso, é um problema de poder. As diferenças não afectam a democracia. O medo da perda de identidade paralisa. É preciso estar no Estado porque somos Estado e temos uma agenda para cumprir. O feminismo como movimento político exige quatro coisas imprescindíveis: Uma teoria, uma vanguarda, estímulos selectivos, que, embora não existam propriamente ditos, conseguem coisas para outras, e um conjunto de acções não necessariamente direccionadas, que se realizem no conjunto social geral. Não é preciso dizermo-nos feministas para que o sejamos, porque cada pessoa contribui pelo menos com uma novidade mínima e liberdades que geram transformações morais no conjunto. O feminismo é uma enorme inovação moral. Sabemos o que há a conquistar, mas não sabemos as consequências que daí virão, como em qualquer movimento político. Conseguimos coisas que não usamos, mas que fazem parte da agenda moral. Só uma enorme crise energético-económico-planetária pararia o feminismo e a própria democracia. Ele progride com a democracia – a sua melhor aliada –, à qual exige uma radicalidade que esta não está disposta a conceder, porque a democracia quer fixar-se no terreno firme das ideias moralmente aceites por todos e nós não a aceitamos porque temos uma ideia nova da universalidade moral que passa pela nossa liberdade individual.”

Com as suas intervenções, ambas as oradoras contextualizaram o panorama em que o feminismo peninsular actual se deve mover e as características específicas que condicionam o desenvolvimento e a participação das mulheres.



## MULHERES E PODER. CHEGAR E FICAR

A mesa que se seguiu colocou-se o desafio de analisar a relação das mulheres com o poder, os obstáculos e as estratégias que devem ser delineados para conseguir obtê-lo e exercê-lo em igualdade.

A mesa é integrada por Alicia Miyares, Assessora da Vice-presidência do Governo, Leire Pajin, Secretária de Organização do Partido Socialista Espanhol, e Maria Helena Santos, psicóloga social.

Na primeira intervenção, declara-se que o feminismo é o melhor aliado da democracia. Por isso, é fundamental e essencial que este alcance o poder e que este poder seja exercido e liderado com pontos de vista e mão feministas.

Na opinião de Alicia Miyares, a maior referência das reivindicações das mulheres europeias encontra-se na Declaração de Atenas de 1992. Nesta declaração fixa-se e define-se explicitamente o fenómeno do tecto de vidro e apontam-se alternativas. Em Atenas, reconhece-se a efectividade das quotas como medida para equilibrar a sub-representação e reclama-se definitivamente a paridade.

Quando se fala de acesso ao, e exercício do, poder, percebe-se que dois dos maiores obstáculos são dois intangíveis: o mérito e o talento. Ambos os conceitos são subjectivos, difíceis de medir e, o que é mais importante, fazem parte do património masculino, sendo o homem quem os define, valoriza e distribui. Os homens reconhecem-se entre si e ao fazê-lo invisibilizam as mulheres. Debates nesta mesa o chegar e o ficar. A primeira pergunta que devemos colocar-nos é, agora que chegámos, como é o caso de Espanha e Portugal, onde em ambos os países as mulheres têm direitos reconhecidos e ocupam cargos de alta responsabilidade política, como estamos. E a primeira conclusão é a de que temos um poder de segunda. Poder-se-ia dizer que não estamos mal, mas isso não chega. O feminismo tem uma vocação transformadora da sociedade. As mulheres querem chegar e querem ficar para mudar as coisas. Queremos alterar de forma radical a forma de os sexos se relacionarem, alterar os nossos

códigos normativos, os nossos costumes morais e, naturalmente, isso cria grandes resistências. Estas resistências tornam-se visíveis quando observamos que os homens em política são insubstituíveis, ao passo que as mulheres são substituíveis. As mulheres não consolidam nem o cargo nem a influência, perdendo-se assim a referência de autoridade. Não conseguimos fixar nem consolidar a agenda da igualdade que pretende transformar a sociedade.

A pergunta seguinte que nos devemos colocar é: como ficamos? E devemos e queremos ficar num contexto de aperfeiçoamento da democracia, num contexto moral e normativo de extensão de direitos, onde o valor exigido seja o reconhecimento, a autoridade e a confiança.

Maria Helena Santos retoma o tema das dificuldades em entrar e permanecer na política recorrendo a dados estatísticos relativos à evolução da presença de mulheres em cargos de responsabilidade em Portugal, tendo em conta que estas conseguiram o seu direito ao voto em 1974, e concluindo que, em 30 anos de democracia em Portugal, apenas 23 mulheres ocupam hoje em dia um cargo de Presidente de Câmara, que não há uma Lei que imponha a paridade e que esta está a vir a ser implementada apenas desde as últimas eleições (11 de Outubro de 2009).

Concorda que a questão dos méritos é central na análise deste assunto e acrescenta que são aliás as próprias mulheres a considerar os homens mais aptos para o desempenho desta função, estando aliás de acordo com o sistema meritocrático. E identifica de forma geral os obstáculos na estrutura institucional e no modelo ideológico.

Toma a palavra Leire Pajin para afirmar que a partilha da agenda política com Portugal trará efeitos multiplicadores e vantagens a ambos os países.

Falando da situação em Espanha, e na qualidade do cargo que ocupa, afirma que, apesar dos avanços conseguidos, em Espanha as mulheres ainda continuam a ser “desiguais” e, no que respeita à configuração da agenda partilhada, quer deixar quatro mensagens:

Se não houver democracia, não há igualdade. Não há igualdade se não houver paridade. E, sem ambas, não há desenvolvimento.

É imprescindível implementar acções a favor da igualdade – no âmbito dos partidos políticos, no âmbito das políticas públicas e criando redes de colaboração.

É preciso detectar e combater as resistências. É preciso legislar em igualdade.

É preciso aceder e conquistar o apoio das novas tecnologias da comunicação.

## REPRESENTAÇÃO E IMAGEM DA MULHER NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

A mesa que se segue aborda a necessidade de rever a posição que as mulheres e os assuntos relacionados com mesmas ocupam nos *mass media*, os seus efeitos sobre a igualdade e as medidas que devem ser adoptadas para eliminar a discriminação em todos os níveis.

As intervenientes: São José Almeida, jornalista, Adriana Bebian, Professora na Universidade de Coimbra, Ana de Miguel, Professora na *Universidad Rey Juan Carlos* e Milagros Pérez Oliva, Provedora do leitor do El País.

São José Almeida começa por declarar que, passados 60 anos após o mais importante manifesto feminista, as mulheres são praticamente ignoradas na imprensa portuguesa. As opiniões maioritárias na imprensa obedecem a um conceito subsidiário da mulher: mulher educadora e criadora, mulheres como procriadoras. Transmitem uma concepção burguesa da mulher que obedece a um pensamento neo-liberal sobre os papéis sociais. De acordo com os dados de que dispõe, a paridade não existe em nenhum dos estratos nem tipos de tratamento da imprensa e os direitos das mulheres são intencionalmente desactivados e carecem de efectividade. Na imprensa portuguesa, é mais difícil falar dos direitos da mulher do que falar dos direitos dos homossexuais.

Ana de Miguel refere na sua intervenção que, conseguidos os progressos legislativos que garantam o direito, a pergunta teórica que as in-

investigações colocam gira em torno dos mecanismos que reproduzem a desigualdade sexual nas sociedades formalmente igualitárias que implementam políticas activas contra a discriminação e a desigualdade sexual. Conclui que a grande e insuportável transgressão é confundir os papéis. Fabricar homens e mulheres de forma contrária ao pacto social.

As áreas com maior influência para a manutenção deste modelo são:

- O mundo da criação: a moda, a música, a literatura, séries, cinema, Internet, etc.. O mundo legal e regulado não pode transmitir desigualdade. A permissividade deste sector continua a transmitir desigualdade. O mundo da criação inibe o juízo crítico.

- O currículo oculto. O que herdamos do modelo desigual e que se mantém de forma latente nas nossas impressões e acções. As alterações sociais e legislativas não são interiorizadas e os meios de comunicação social continuam a emitir opiniões distorcidas por crenças personalizadas. Maior presença de homens em sectores determinantes: economia, política, arte, etc..

- Perversidade moral, entendida como saber que se está a fazer mal e continuar a fazê-lo. O exemplo mais notório seria a constatação de que os diários respeitáveis de tirada nacional publicam anúncios de venda de sexo. A quota de presença de mulheres na imprensa escrita de tiragem nacional vê-se aumentada com este facto. A perversidade moral está na coexistência, num mesmo meio de comunicação social, de uma atitude activa e beligerante contra a desigualdade de género e ao mesmo tempo de publicidade de comércio sexual, em alguns casos roçando o ilegal, numa permissividade de textos em que se oferece sexo com presumíveis menores de idade.

Adriana Bebiano comenta a intervenção anterior declarando que a ideologia é a língua materna comum a todas e a todos. O que nos transforma em cúmplices da secundarização quando a toleramos e não a denunciámos. Chama a atenção para as publicações conhecidas como revistas cor-de-rosa, de temas sociais, para adolescentes, etc., em que detecta certo carácter formativo, pois exercem uma influência relativamente

aos modelos a seguir, exercida sobretudo sobre as mulheres jovens. Este género de publicações não está submetido a nenhum tipo de controlo e encerra uma apologia indirecta da violência de género através daquilo a que a oradora chama a estética da agressão, que consiste em utilizar rostos de mulheres conhecidas e maquilhadas com sinais evidentes de terem sido agredidas. Ou consultórios psicológicos em que se justifica um certo nível de violência nos homens por corresponder a um impulso natural do sexo masculino. A agenda feminista tem que ter estes factos em conta.

A reprodução sexista é transversal às ideologias, da esquerda à direita. E é imprescindível que todas desaprendamos a Língua Materna.

Pérez Oliva começa a sua intervenção afirmando que as políticas de mulheres se intrometeram nas políticas transversais, o que implicou uma maior presença de mulheres em sectores essenciais. Vivemos um momento histórico nunca antes vivido, somos as mulheres melhor preparadas da História. E apesar disso as mulheres não mandam. Apesar dos progressos, dir-se-ia que as mulheres jovens e preparadas que podem chegar não chegam, e não parece que a causa seja um desinteresse das mesmas. O que é preciso é, isso sim, analisar as condições em que o têm que fazer.

Quanto à presença de mulheres nos meios de comunicação social, há duas formas de ver as coisas: as mulheres como fonte de informação e como tratamento dessa mesma informação. O mais importante é fazer reflectir o ponto de vista das mulheres. No El País, em 87 um estudo situava em 14 % a fatia de presença de mulheres nos meios de comunicação social. De 17 cargos de subdirecção para cima só se encontrou uma mulher. A resposta da direcção foi que os cargos tinham sido oferecidos a muitas mulheres que os não tinham aceitado. Entre as causas apontadas encontravam-se as condições de trabalho e a incompatibilidade com a vida pessoal e familiar. Era um inquérito interno e as respostas foram praticamente iguais entre os sexos.

Sim, já chegámos... mas é só. Para ficarmos, temos que aceitar as regras do jogo. E estas regras podem contrariar os desejos e os interesses das mulheres.

O grande desafio consiste em fazer integrar as nossas necessidades e os nossos valores e em fazer com que estes sejam prioritários para a totalidade, em termos de desenvolvimento e melhoria social.

O debate posterior colocou frente a frente posições distintas quanto à eventual importância da maternidade na situação das mulheres, questão essa que, embora relevante e merecedora de um debate próprio, se considerou não ser objecto do interesse e finalidade desta mesa, em que os desafios se abordavam com base numa perspectiva distinta, que incluía o tratamento dado pelos meios de comunicação social às mulheres e à sua imagem, a presença das mesmas na estrutura interna dos *media* e a forma por vezes depreciativa com que se abordavam determinadas temáticas. É imprescindível conseguir uma maior visibilidade, uma melhor representação quantitativa e qualitativa, assim como o abandono de linguagens discriminatórias e potencialmente humilhantes para as mulheres.

## EDUCAÇÃO, DISCIPLINA PENDENTE.

Como continuação da mesa anterior, neste debate analisou-se a forma como, a partir do sistema educativo, se contribui para reproduzir a desigualdade, e reflectiu-se sobre os meios e acções que é necessário implementar para eliminar do sistema educativo a influência sexista que priva a sociedade de formar as pessoas em igualdade.

A mesa era composta por Luz Martínez Ten, psico-pedagoga, especialista em educação e género, feminista e responsável pela igualdade no ensino da UGT – Espanha; M. Isabel Garcia Trigo, Directora da Casa da Mulher em Cáceres, IMEX [Instituto da Mulher da Extremadura]. Joana Amaral Dias, psicóloga clínica e professora universitária. Pedro Pinto Matosa, doutorando em Psicologia Social pela Universidade do Minho.

É Martínez Ten quem toma primeiro a palavra para contextualizar o estado de coisas sobre este assunto. A situação actual vem de um feminismo que reclamava a educação como um factor imprescindível para

a emancipação. Hoje em dia, em Espanha, estamos numa situação de escola mista que não responde ao modelo de co-educação. Por outro lado, mais de 50% dos educadores de infância são mulheres. À medida que sobe o escalão de ensino, vão-se invertendo os números. E, finalmente, na docência de nível universitário a presença de mulheres é anedótica. Os bons resultados das mulheres não se traduzem em igualdade no trabalho nem nos campos do conhecimento e da política. E por outro lado, deparamo-nos com a preferência das mulheres por carreiras feminizadas, que são mais mal pagas e não favorecem o *empowerment*.

A agenda sobre educação deveria incluir políticas de igualdade em centros educativos (tanto para os alunos como para a própria entidade), a formação obrigatória dos professores em igualdade, a incorporação do conhecimento e dos saberes das mulheres no currículo escolar, a democratização do sistema educativo e uma orientação profissional não sexista e isenta de estereótipos.

Garcia Trigo inicia a sua intervenção reafirmando que é imprescindível alterar os pilares da sociedade. O sexismo é uma praga que não está a ser “tratada”. A educação deve ser entendida como um processo global de socialização.

Em 2007, foi inaugurada na Extremadura a Escola Aberta de formação em feminismo, um lugar de encontro e reflexão. Um espaço de debate. O objectivo principal desta escola é universalizar a responsabilidade da educação, trabalhando nesse sentido com centros de formação de professores, fomentando a inclusão da igualdade nas alterações curriculares e elaborando manuais didácticos educativos.

A metodologia de trabalho consiste em investigar o que está a acontecer, intervir na sala de aula, formar os professores e o pessoal não docente, para além dos responsáveis familiares, envolver os alunos e trabalhar com as AMPAS [Associações de Mães e Pais] em aspectos relativos à conciliação.

A proposta que lançamos é que os programas de igualdade cheguem a toda a comunidade.

Apresentar uma filosofia alternativa que implique a recuperação da cultura feminina relativamente aos cuidados, à afectividade como energia construtiva, à autonomia pessoal, à co-responsabilidade, à inteligência emocional e ao respeito e responsabilidade. Todo isto a partir de uma perspectiva de género.

Joana Amaral Dias introduz um tema polémico que não pode ser obviado e que deve ter o seu lugar na agenda política comum. Ela parte do princípio de que a educação não é neutra. O patriarcado cataloga as mulheres como pouco aptas para a ciência. A discriminação de género é omnipresente.

Na sua experiência como professora tem-se deparado com dois elementos de discriminação baseados em estereótipos que retiram oportunidades às raparigas:

Na escola, está provado que os professores dedicam mais tempo a explicar Matemática aos rapazes do que às raparigas por questões práticas e ideias estereotipadas.

Na família, observa-se um reforço especial das raparigas nas áreas sociais e dos rapazes nas áreas técnicas.

A intervenção seguinte é da autoria de Pinto Matoso, que começa a sua exposição com uma declaração de identidade pessoal: “Sou feminista radical e dedico a minha vida a destruir as diferenças sexuais, como o conceito machista”. Define-se como teórico investigador e activista e defende uma teoria crítica do género.

Entende o feminismo como uma teoria desconstrutora e crítica dos deveres dominantes. Como um instrumento de luta contra as pressões sociais. Como um modelo de reeducação dentro de um sistema capitalista perpetuador de papéis impostos.

O transgénero questiona o capitalismo, os seus valores e os seus métodos e defende o direito das pessoas de transgredir o modelo e escolher em liberdade a sua própria identidade.

Este tema suscitou muita controvérsia e provocou um debate muito participativo em que surgiram posições distintas, nomeadamente a que sustentava que o debate do transgénero não era um assunto a incluir na agenda feminista e a que, como a defendida pelo próprio orador, defendia



a existência de uma corrente *queer* do feminismo que questione o modelo social dominante e que seja tida em conta como elemento de reflexão e enriquecimento do discurso. O debate foi muito produtivo e concertou muitas opiniões contrárias, tendo-se concluído que apesar de este assunto não constituir porventura o objecto de debate neste fórum, o questionamento do sujeito feminino era um tema intelectualmente interessante que poderia ser tratado noutro momento e noutro fórum.

## MULHER E NOVAS TECNOLOGIAS

Tal como se referiu no início da conferência, as novas tecnologias da comunicação são um desafio e uma meta a alcançar em termos de *empowerment* das mulheres. A finalidade desta mesa consistiu em traçar um panorama das acções, ferramentas e estratégias que se estavam a desenvolver nos dois países em relação à utilização das novas tecnologias.

A mesa era composta por Lourdes Muñoz, Deputada do Parlamento Espanhol, Merçe Molist, jornalista, Carla Cerqueira, investigadora de género e comunicação, e Alexandra Silva, socióloga e membro da Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens.

A conferência começa com uma pequena intervenção da moderadora, Montserrat Boix, que abre a sessão destacando a importância das novas tecnologias para a consolidação de redes de colaboração entre mulheres, dada a sua versatilidade, autonomia e flexibilidade. E faz questão de felicitar e agradecer à Junta de Extremadura a sua iniciativa de promover a utilização de software livre.

A primeira intervenção corre a cargo de Alexandra Silva, que se define como co-fundadora de uma rede virtual para construir uma sociedade mais justa em direitos para ambos os sexos e uma sociedade tecnológica em termos de *empowerment*.

O objectivo da rede consiste em colocar em marcha projectos dirigidos à juventude com o objectivo claro de instruir os jovens sobre questões

relacionadas com o feminismo. A origem desta iniciativa esteve na constatação do envelhecimento das associações de mulheres e da necessidade de encontrar motivações que chamassem novas pessoas à participação e à luta pela igualdade.

Os projectos de que a rede se ocupa são de carácter nacional, europeu e internacional, girando em torno de cinco objectivos: consciencializar sobre a discriminação de género, promover a inclusão das necessidades e os interesses específicos de jovens mulheres, contribuir para que a igualdade faça parte integrante da educação formal e não formal, promover o *mains-streaming* de género nas organizações juvenis e integrar as mulheres jovens nos processos e nos espaços de decisão.

Volta a intervir a moderadora para convidar gentilmente a Junta da Extremadura a apoiar com a sua Escola Aberta de Feminismo da Extremadura o acesso ao software livre à Rede portuguesa.

Em seguida, toma a palavra Merçe Molist, que inicia a sua intervenção com uma dinâmica de participação reveladora do facto de que, à medida se vai avançando na especialização da utilização técnica das ferramentas informáticas e da Internet, o número de mulheres que “sabem” vai diminuindo. Conclui esta actividade demonstrando que as mulheres de hoje são utilizadoras da Internet mas não são produtoras de tecnologia. Um dos mitos habituais é o de que as mulheres temem a tecnologia porque a técnica é “suja”. Entre as causas da menor presença de mulheres no acesso às novas tecnologias contam-se:

Os videojogos, entendidos como porta de entrada para a utilização das novas tecnologias, estão configurados com parâmetros masculinizados. São jogos de acção que não despertam o interesse das raparigas.

A prática na navegação e a utilização das ferramentas da Internet requerem um tempo extra de que habitualmente as mulheres não dispõem em virtude dos efeitos da dupla jornada de trabalho.

A falta de mulheres técnicas de referência torna-se num elemento dissuasor.

A tendência de as mulheres pedirem ajuda sempre que encontram uma dificuldade para continuar ou sair de uma situação provocada involuntariamente.

Todas estas situações derivam do modelo social que procura diferentes oportunidades de desenvolvimento e exploração de interesses e capacidades adequadas às raparigas e aos rapazes. Modificáveis, portanto.

As mulheres situam-se nas franjas dos conteúdos e da comunicação dos conteúdos. Somos tecelãs na rede. Somos tod@s interdependentes. Aprendemos a comunicar entre nós, a complementarmo-nos e a partilhar conhecimentos.

Carla Cerqueira reitera a mensagem das suas antecessoras, insistindo na ideia de que o movimento feminista deve integrar-se na cultura digital, de que a Internet democratiza o acesso à palavra e facilita a visibilidade efectiva das mulheres, dos seus interesses e das suas contribuições.

Segue-se Lourdes Muñoz no uso da palavra, que centrará por sua vez a sua intervenção nas possibilidades da Web2.0 como um espaço de *empowerment* das mulheres. Refere a oradora que a sociedade do conhecimento proporciona uma dupla vantagem: facilita o exercício do direito à comunicação e reduz a fosso tecnológico de género. A Internet é um espaço para criar redes entre as mulheres. É um espaço horizontal e as mulheres têm experiência na criação de redes. Não partimos do zero. A generalização da utilização do Google joga a nosso favor se soubermos utilizá-lo. A gestão do tempo e a informação são vantagens que a Internet oferece, adaptadas às necessidades e interesses das mulheres.

A grande vantagem da Web2.0 é o facto de ser construída com conteúdos fornecidos pel@s utilizador@s (*youtube*). Não há intermediários. Há mais vozes e menos controlo. Uma maior democratização da informação. É um espaço de participação social e política. Uma ferramenta que pode melhorar a qualidade democrática.

Com base na sua experiência na prática política, elaborou 10 propostas dirigidas aos responsáveis políticos sobre a utilização da Internet e as suas vantagens:

Informar-se

Transmitir

Argumentar mensagens gerais

Mostrar ideias próprias

Explicar a actividade

Explicar iniciativas de responsabilidade própria em profundidade

Ouvir opiniões

Interagir: responder

Partilhar conhecimentos

Criar comunidade

Todo isto é de aplicação à nossa actividade e, utilizado na participação e presença das mulheres na Internet, serve para promover espaços 2.0 conjuntos de mulheres feministas e outras mulheres no sentido de gerar opinião, promover comunidades de mulheres para adquirirmos visibilidade e promover o *empowerment* ao utilizarmos a técnica e ao nos inter-relacionarmos.

A Internet também é meritocrática. Eles chegaram primeiro e levam avanço. A estratégia agora deve consistir na interacção e na segmentação.

Sigamos o lema que propõe: mais vozes e redes de mulheres para conseguirmos uma igualdade efectiva e real e podermos ter influência na agenda pública.

No debate que se seguiu a esta mesa, a moderadora explicou que, actualmente e a partir da rede administrada por ela própria, a estratégia consiste em localizar blogues feministas, listá-los e dar-lhes visibilidade. Aprender a etiquetar os nossos espaços para que os motores de busca possam encontrar-nos.

## MULHER, POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

Era impensável dar por encerrado este intenso encontro sem abordar um dos principais problemas provocados pela discriminação sofrida pelas

mulheres em todo o mundo. A pobreza extrema no mundo afecta milhões de pessoas, das quais 70% são mulheres que na sua maioria arrastam os menores com elas. Os riscos de exclusão social a que as mulheres estão expostas são também maiores do que os que caracterizam os homens e não poderíamos encerrar um debate sobre a agenda política sem nos determos na análise deste problema, nas causas que o produzem e nas consequências para todas no que respeita à materialização da igualdade efectiva e à construção de um modelo de relação equitativo e igualitário para a população mundial.

A mesa que abordou este problema era composta por Rosa Escapa, consultora em assuntos de Igualdade, Ana M. Corral Juan, responsável pelos assuntos de emigração da UGT, Rosa Monteiro, professora e investigadora de políticas de igualdade e feminismo, e Elisabeth Brasil, jurista representante da ONG sobre violência de género.

É a moderadora Joana Amaral Dias quem apresenta a mesa, recordando-nos que o lugar reservado a esta mesa não é fruto do acaso, uma vez que o tema a debater é o ponto essencial das lutas e da causa feministas. A impressão final que devemos reter é a constatação da situação em que ainda vivem milhões de mulheres, que continuam a fazer parte da nossa causa e que, enquanto elas continuarem nessa situação pelo facto de serem mulheres, estamos todas em perigo.

A primeira intervenção cabe a Rosa Escapa, que nos recorda que a igualdade é imprescindível para a coesão social. No momento em que vivemos, a crise económica mundial pode tornar-se numa oportunidade de liderança para as mulheres, uma oportunidade de corrigir os erros cometidos e abordar um modelo económico e social baseado nos direitos das pessoas.

Actualmente, os indicadores de alarme são os seguintes:

- A conciliação – co-responsabilidade não foi alcançada
- A ausência de mulheres em cargos de responsabilidade
- Uma maior precariedade laboral
- A estagnação da diferença salarial

- Uma relação contratual negativa
- Segregação no âmbito da educação
- Existência de novos grupos de exclusão: famílias monoparentais
- A violência de género como factor de exclusão

Não somos directamente responsáveis pela crise, mas temos de ter algo a dizer. E isso passa por legitimar a nossa voz e a nossa presença.

Os desafios que se colocam para o século XXI passam por conseguir a cidadania plena, a igualdade real e a extensão da igualdade.

A estratégia global para alcançar estes objectivos constitui o *Mapa do percurso feminista*: Tomar o poder, estender novas lideranças, aplicar a perspectiva de género e criar redes.

A intervenção seguinte corre a cargo de Rosa Monteiro, que inicia a sua exposição afirmando que as mulheres ganham menos do que os homens em Portugal e isso, por si mesmo, é já uma situação de humilhação comparativa inadmissível.

A taxa de participação feminina no mercado de trabalho a tempo inteiro em Portugal é a mais alta de todas, mas isto não é garantia de que as mulheres escapem às situações de risco de exclusão.

Sim, já chegámos, mas como estamos? No que se refere ao mercado de trabalho, as mulheres deparam-se com sistemas de avaliação sexistas, tanto nos departamentos de recursos humanos das empresas, como na organização e gestão de assuntos emergentes nos sindicatos (negociação colectiva). No marco dos pactos sociais, a negociação salarial e a discriminação são mediatizadas pela divisão sexual do trabalho e os resultados são desfavoráveis para as mulheres.

Os interesses económicos colectivos ou gerais sobrepõem-se sempre à situação discriminatória sofrida pelas mulheres.

A agenda feminista neste sentido deve incluir as seguintes medidas:

- Monitorizar os processos de implementação das políticas
- Alertar as entidades inspectoras
- Dar voz e poder às mulheres com representação

- Denunciar e reivindicar condições justas de trabalho

A crise é uma oportunidade para a igualdade de género. As mulheres estão ausentes no diagnóstico e no prognóstico da crise e há que aproveitar este momento para introduzir as análises e as propostas da igualdade de género.

A intervenção que se seguiu foi a de Ana Corral Juan, que, a partir da sua experiência como jurista no seio de um sindicato maioritário, põe sobre a mesa a situação de risco especial de exclusão de que padecem as mulheres emigrantes em Espanha. Se, em geral, as mulheres têm falta de visibilidade pública, o que origina a sua ausência das agendas políticas, as mulheres emigrantes sofrem uma invisibilidade absoluta em virtude da sua situação legal. O destino laboral mais comum das mulheres emigrantes é o serviço doméstico e a prostituição. A sua situação legal não lhes permite tomar decisões porque não podem votar, não podendo pois contribuir para a melhoria das suas condições de vida. As estrangeiras não comunitárias não são iguais às espanholas. Aquelas estão sujeitas à legislação para estrangeiros que regulamenta os seus direitos e as suas obrigações. As leis espanholas de igualdade não chegam às estrangeiras não comunitárias. A legislação para estrangeiros conceptualiza as mulheres estrangeiras não comunitárias na sua qualidade de mães, esposas ou vítimas. Não se lhes reconhece identidade própria.

As condições alargadas para estas mulheres são: temporalidade, precariedade, tecto de cimento armado, areias movediças quase secas (terreno viscoso) e discriminação salarial (ganham 53% menos do que as mulheres espanholas), entre outras.

A solução para esta situação, e que devia ser incluída na agenda feminista, passa pelo reconhecimento de direitos políticos às estrangeiras não comunitárias, pelo reconhecimento de igualdade legal não associada ao período de permanência, pela extensão da igualdade (elas estão à margem de tudo) e pela eliminação de dificuldades alheias à sua vontade e possibilidades.

É a vez de Elisabeth Brasil, que apresenta a violência de género como factor de risco para a exclusão social. As mulheres são sujeitos políticos

com direitos próprios. Não há um perfil único de risco de exclusão das vítimas de violência de género. Qualquer mulher pode ser vítima de violência de género e algumas condições facilitam a vitimização:

- A subsistência do patriarcado e o androcentrismo, protegidos pela intervenção pública.
- A surdez social à vulnerabilização dos seus direitos
- A limitação das possibilidades pessoais para resolver os seus próprios assuntos, encerrando as vítimas na inacção e favorecendo a dependência do seu verdugo.

Depois de dia e meio de trabalho em jornadas extenuantes, intensas e proveitosas, a conferência chegou ao fim. Há muito trabalho a fazer. Novos horizontes abertos à colaboração e ao entendimento. Muitas coincidências que se relacionam directamente com a condição de se ser mulher em sociedades enraizadas nas profundezas das suas crenças discriminatórias e receosas da vulnerabilização da ordem estabelecida. As mulheres feministas já o disseram. Viemos para ficar e sabemos que a tarefa é árdua mas incontornável. Viemos para construir, sabemos renovar e adaptar, mas em certas alturas será preciso destruir muros que não deixam passar a luz e negam oportunidades para preparar novos espaços abertos e iluminados que permitam às mulheres e aos homens viver em liberdade, com a segurança de que só sendo e sentindo-nos iguais, reconhecendo-nos o direito de ser pessoas, poderemos mudar o presente e construir um futuro melhor.

## ENCERRAMENTO

Para encerrar oficialmente a conferência, toma a palavra Ignacio Sánchez Amor, o director de *Ágora, el debate peninsular*.

“A partir de uma perspectiva de 10 anos, devo dizer que esta foi uma das conferências mais intensas e mais marcantes das que tiveram lugar em *Ágora, el debate peninsular* e que ficará como a conferência do décimo aniversário. E pelas melhores razões. Não o digo apenas pelas dificuldades



que caracterizaram a sua organização, que as houve, mas pela paixão com que viveis a vossa militância feminista que aplaudo do lado de cá, o dos homens. A vossa conferência deixou em *Ágora* algumas dúvidas e algumas propostas. Como disseram algumas de vós, incluindo a Sra. Vereadora, devia fazer-se uma *Ágora Feminista*. Não sei se é preciso ou não. Não é esse o nosso papel. Nós colocamos a semente para que surjam redes e já o fizemos com outros grupos. Mas temos que mudar de assunto todos os anos. O que sair daqui em relação à criação de redes dependerá de vós. Nós não faremos uma *Ágora* feminista. Voltaremos a falar de feminismo e aceitamos a sugestão que nos gentilmente nos deixastes no sentido de introduzir a perspectiva de género na *Ágora* em geral. Estávamos inteiramente conscientes de que na conferência sobre poesia havia 17 homens e apenas uma mulher. Com efeito, na inauguração da conferência, os próprios directores isso mesmo lastimaram. Não o tínhamos ignorado. Portanto, embora não possa comprometer-me neste momento a voltar a abordar assuntos relacionados com o feminismo, posso, isso sim, prometer introduzir, seja em que tema for, a perspectiva de género e a dedicar-lhe uma atenção especial. Em todo o caso, quero agradecer às duas directoras desta conferência que, repito, foi do melhor que temos visto desde o início de *Ágora, el debate peninsular*". ❖